

ATA NÚMERO 152/XIII/3.^a SL

Aos dois dias do mês de novembro de 2017, pelas 12 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata n.º 151.**
2. **Discussão e votação do relatório sobre a Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.^a – “*Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018*”.**
Relator: Fernando Anastácio (PS)
3. **Discussão e votação do relatório sobre a Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a – “*Aprova o Orçamento do Estado para 2018*”.**
Relatora: Jámila Madeira (PS)
4. **Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 268/XIII/2.^a – “*Solicita a revisão do regime aplicável aos contratos de divisão de coisa comum e similares, no que respeita ao regime do imposto municipal sobre transmissão de imóveis*”.**
Relator: Ricardo Leão (PS)
5. **Discussão e votação dos relatórios sobre as Petições n.ºs 284/XIII/2.^a - “*Solicita o não encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em São Vicente da Beira*” e 286/XIII/2.^a – “*Solicitam o não encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos na Golegã*”.**
Relator: Paulino Ascensão (BE)
6. **Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 1080/XIII/3.^a (BE) – “*Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários*”.**
7. **Calendário de audições regimentais.**
8. **Discussão e votação do relatório sobre Petição n.º 315/XIII/2.^a - “*Solicitam a prorrogação do prazo de entrega da declaração modelo 22 de IRC*”.**
Relatora: Margarida Balseiro Lopes (PSD)

9. **Definição da metodologia para nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.º 571/XIII/2.^a (CDS-PP) - *Altera a Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro - Lei de Enquadramento Orçamental* – e 638/XIII/3.^a (PCP) - *Assegura a divulgação pública da utilização de cativações nos orçamentos das entidades que integram a administração direta e indireta do Estado (Primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro – Lei de Enquadramento Orçamental)*.**
10. **Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 597/XIII/2.^a (PSD) – “*Procede à 44.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, que cria o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*”.**
11. **Convite para o III Grupo de Trabalho de Alto Nível dos Parlamentos dos PALOP e de Timor-Leste para Análise e Discussão da Fiscalização Legislativa ao Longo do Ciclo Orçamental com base nos diferentes documentos orçamentais, a ter lugar em Maputo entre 09 e 11 de novembro de 2017.**
12. **Metodologia de realização de audiências no âmbito da discussão da Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a (GOV) – “*Aprova o orçamento do Estado para 2018*”.**
13. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1037/XIII/2.^a (BE) – “*Recomenda medidas para o alargamento da conta de serviços mínimos aos clientes bancários*”.**
14. **Outros assuntos.**
 1. **Aprovação da ata n.º 151**

A ata foi aprovada por unanimidade.

2. **Discussão e votação do relatório sobre a [Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.^a](#) – “*Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018*”.**

Relator: Fernando Anastácio (PS)

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) apresentou o relatório de que foi autor, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

3. Discussão e votação do relatório sobre a [Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª](#) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2018”.

Relatora: Jamila Madeira (PS).

A Senhora Deputada Jamila Madeira (PS) apresentou o relatório de que foi autora.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) interveio de seguida, cumprimentando a Senhora Deputada relatora e notando que o relatório acaba por refletir sempre uma posição pessoal. Sustentou que algumas das conclusões não são factos mas opiniões concordantes com as do Governo, não devendo ficar a ideia de que a Comissão corrobora essas opiniões, o mesmo se passando com algumas referências ao relatório da UTAO. Deu alguns exemplos.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) chamou a atenção para uma gralha constante do relatório.

Interveio de seguida a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), começando por cumprimentar a Senhora Deputada relatora, e defendendo que, em muitos aspetos, o relatório reflete opiniões pessoais da Senhora Deputada relatora, as quais não são concordantes com as do CDS-PP, dando exemplos.

A Senhora Deputada Jamila Madeira (PS) considerou o seu relatório como factual, exemplificando também com alguns aspetos que considerou relevantes. Reputou de normais as divergências dos GP de PSD e CDS-PP mas defendeu que as estimativas apresentadas são genericamente tidas como corretas.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) agradeceu os esclarecimentos, sublinhando que algumas das questões que suscitou não foram rebatidas. Voltou a dar exemplos do que alegou, realçando que o resultado será o de a Comissão corroborar as perspetivas apresentadas, através deste relatório. Acrescentou alguns pontos do relatório da UTAO que não foram referidos no relatório.

A Senhora Deputada Jamila Madeira (PS) respondeu, reiterando que o relatório é factual e notando que citou os elementos do relatório da UTAO que foram objeto da mesma metodologia.

O relatório foi aprovado com os votos a favor de PS, BE e PCP e os votos contra de PSD e CDS-PP.

4. Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 268/XIII/2.ª](#) – “Solicita a revisão do regime aplicável aos contratos de divisão de coisa comum e similares, no que respeita ao regime do imposto municipal sobre transmissão de imóveis”.

Relator: Ricardo Leão (PS).

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) apresentou o relatório de que foi autor, aproveitando para corrigir uma gralha relacionada com a data de entrada da petição na Assembleia da República. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) cumprimentou o relator e aditou que tinha dado conta dessa gralha, recomendando que a mesma fosse também corrigida na página da petição. O relatório foi aprovado por unanimidade.

5. **Discussão e votação dos relatórios sobre as Petições n.ºs [284/XIII/2.ª](#) - “*Solicita o não encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em São Vicente da Beira*” e [286/XIII/2.ª](#) - “*Solicitam o não encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos na Golegã*”.**

Relator: Paulino Ascensão (BE)

O Senhor Deputado Paulino Ascensão apresentou as alterações efetuadas no relatório, conforme sugerido nas anteriores da COFMA. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) acompanhou a versão final do relatório e o mesmo foi aprovado por unanimidade.

6. **Deliberação sobre a sede de discussão do [Projeto de Resolução n.º 1080/XIII/3.ª \(BE\)](#) - “*Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários*”.**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou que tinha sido discutida, na Comissão, a ideia de esta iniciativa transitar para o GT Contas Base e Condições dos Contratos de Crédito, após o que o Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) manifestou concordância com essa sugestão.

7. Calendário de audições regimentais.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) recordou que as datas propostas pela Comissão são substancialmente diferentes das propostas pela Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares, dando como exemplo a segunda audição regimental, sugerida pela SEAP para o dia 12 de dezembro, deixando depois mais de três meses sem audições. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sublinhou igualmente a disparidade de datas entre os calendários, propondo que a segunda audição regimental se realize no fim de janeiro.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) defendeu que é vantajoso que haja um maior espaçamento entre as audições, apelando a que se faça um esforço para articular esta sugestão com a disponibilidade do Ministro.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) deu nota de que, informalmente, o Senhor Deputado João Galamba (PS) deu a sua anuência a esta sugestão.

8. **Discussão e votação do relatório sobre [Petição n.º 315/XIII/2.ª](#) - “*Solicitam a prorrogação do prazo de entrega da declaração modelo 22 de IRC*”.**

Relatora: Margarida Balseiro Lopes (PSD).

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) apresentou o relatório de que foi autora, tendo o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitado que a posição do PCP, constante do relatório da audição da

peticionária, ficasse explícita no relatório, notando que o PCP participou na audição da peticionária e que apresentou elementos que considerou relevantes para o teor da petição, e que repetiu agora, sublinhando as diligências tomadas pelo PCP.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) interveio para salientar que também já defendeu alterações a este regime, reiterando os argumentos já aduzidos anteriormente e recordando as propostas do CDS-PP nesta matéria, voltando a defender uma simplificação do regime.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) esclareceu que não está em causa a posição de cada GP sobre esta matéria, mas apenas a participação do PCP na audição de peticionários, que é factual e que entende que deve ser refletida no relatório da petição.

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) manifestou que, naturalmente, se o PCP deseja que a sua posição conste do relatório tal acontecerá, sendo que a do PSD e a resposta da peticionária aos esclarecimentos facultados pelo Governo também constarão.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) esclareceu que a questão é sobre a audição, defendendo que a Senhora Deputada relatora não tem que trazer à colação as posições de outros GP se estes não estiveram presentes na audição. Acrescentou que a única questão é colocar no relatório a participação do PCP na audição, sendo que o relatório deverá ser um relato fiel do que se passou e que, como tal, também a resposta da peticionária deverá constar do mesmo.

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) sugeriu então replicar integralmente o relatório da audição no relatório da petição. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) propôs que a Senhora Deputada relatora voltasse a apresentar o relatório após essa alteração, o que foi aceite.

9. Definição da metodologia para nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.º [571/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Altera a Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro - Lei de Enquadramento Orçamental – e [638/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Assegura a divulgação pública da utilização de cativações nos orçamentos das entidades que integram a administração direta e indireta do Estado (Primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro – Lei de Enquadramento Orçamental)

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), secundado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), sugeriu a apresentação, pelos GP proponentes, de um texto de substituição, fixando-se depois um prazo para audições ou apresentação de propostas de alteração. O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) manifestou o desejo de um processo rápido, lembrando que há um GT sobre a Lei de Enquadramento Orçamental e que poderá ser mais eficaz discutir eventuais propostas de alteração nessa sede.

A Senhora Presidente propôs definir a metodologia quando fosse distribuído um texto de substituição, tendo o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) proposto apresentar o texto de substituição até ao dia 30.11, fixando-se o prazo para apresentação de propostas de alteração no dia 06.12 e a votação a 13.12,

propondo ainda o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) realizar a reunião do GT em 12.12, às 15 horas.

10. Fixação da redação final do [Projeto de Lei n.º 597/XIII/2.ª \(PSD\)](#) – “Procede à 44.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, que cria o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras”

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) declarou que o PSD não aceitava a redação proposta para o n.º 6 do artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, tendo a Comissão fixado uma outra [redação final](#) para esta norma e aceite todas as outras sugestões da DAPLEN.

11. Convite para o III Grupo de Trabalho de Alto Nível dos Parlamentos dos PALOP e de Timor-Leste para Análise e Discussão da Fiscalização Legislativa ao Longo do Ciclo Orçamental com base nos diferentes documentos orçamentais, a ter lugar em Maputo entre 09 e 11 de novembro de 2017

A Senhora Presidente recordou que este convite já ocorreu no ano passado, também com pouca antecedência.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) manifestou a disponibilidade do PSD para se fazer representar na delegação da COFMA, solicitando que se diligencie para que no próximo ano esta iniciativa se realize em setembro, dado que coincide sempre com o processo orçamental português. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) acrescentou que a cooperação é importante mas mais importante é a representação dos portugueses que elegeram os seus Deputados.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) reiterou o argumento da necessidade de maior antecedência e afirmou que o PS vai verificar se tem alguém disponível.

A Senhora Presidente informou que vai fazer a sugestão de que esta iniciativa não deve coincidir com o Orçamento do Estado. Sem prejuízo, há condições para a COFMA ser representada, pelo que ficou acima exposto.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) realçou a importância da cooperação mas notou que a altura não é a melhor e é muito difícil para o PCP colaborar nesta iniciativa, no que foi secundado pelo Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE).

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) notou que era importante que estivessem representados pelo menos dois GP (um que apoie parlamentarmente o Governo e outro da oposição), após o que o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) perguntou se o PSD se faria representar mesmo que o PS não tivesse disponibilidade para tal. A Senhora Presidente contrapôs que o convite é efetuado a parlamentares e não a GP's.

12. Metodologia de realização de audiências no âmbito da discussão da Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª (GOV) – “Aprova o orçamento do Estado para 2018”

A Senhora Presidente delegou no Senhor Vice-Presidente Deputado Paulo Trigo Pereira a coordenação e condução dos trabalhos das audiências a realizar nesta sede, e propôs que as mesmas se realizassem às 09.00 e às 14.00. O Senhor Vice-Presidente, intervindo já nessa qualidade, informou que se iriam já marcar audiências para os dias 6, 7, 9, 10, 13 e 14 de novembro, às 09.00., tendo a Senhora Presidente notado que estas datas correspondem às audiências já solicitadas.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou que fosse distribuído o calendário das audiências já pedidas e que, caso não haja disponibilidade dos GP, seja feita uma triagem, lembrando a Senhora Presidente que muitas destas entidades já tiveram audiências com os GP.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) concordou com o acime exposto e solicitou que as audiências não coincidam com as audições dos membros do Governo.

13. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 1037/XIII/2.ª \(BE\)](#) – “*Recomenda medidas para o alargamento da conta de serviços mínimos aos clientes bancários*”.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) sugeriu uma alteração à redação final proposta pela DAPLEN, aceite pela Comissão, fixando-se dessa forma a [redação final](#) da iniciativa.

14. Outros assuntos.

A Senhora Presidente deu conta das alterações ao calendário de audições em sede de apreciação, especialidade, do Orçamento do Estado para 2018, relacionadas com a redistribuição de competências do Ministro Adjunto e do Ministro da Administração Interna, suscitando ainda a questão da audição – ou não – do Ministro Adjunto e notando que PSD e CDS-PP já manifestaram a sua vontade em ouvir todos os Ministros.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) declarou que o Ministro-Adjunto não tem orçamento para gerir, retorquindo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) que o Ministro vai ter responsabilidade sobre serviços e essa avaliação que deverá ser feita.

A Senhora Presidente realçou que é necessário verificar a delegação de competências, após o que o Senhor Deputado João Galamba (PS) sugeriu que a mesa questionasse a SEAP no sentido de aferir se o Ministro-Adjunto tem ou não serviços tutelados.

Não se registando outros assuntos, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

A reunião foi encerrada às 14 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de novembro de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 2 de novembro de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Gomes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Carlos Silva
Mariana Mortágua
Nuno Sá